Justiça sem Barreiras

O noticiário mensal sobre acessibilidade e inclusão do TJRJ

EDIÇÃO Nº2

A informação promove mudanças sociais!

A disseminação de conhecimento contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e acolhedora.

DESTAQUES

Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social da SGSUS promove Ação Social voltada a pessoas com deficiência em parceria com a COMAI

O TJRJ promoveu a 4ª Edição da Ação Social em Homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. O evento reuniu mais de 60 instituições parceiras, que ofereceram serviços e atendimentos gratuitos a pessoas com deficiência, além de palestras e oficinas.

Saiba mais

Dez anos da Lei Brasileira de Inclusão são celebrados com seminário interinstitucional no TJRJ

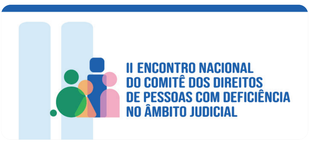
A proposta foi debater o marco da primeira década da LBI, colocando em pauta reflexões e debates sobre o tema. Representantes de diferentes ramos do sistema de Justiça, especialistas e membros da sociedade civil participaram das mesas temáticas.

Saiba mais

CNJ promove II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência

O TJRJ, por meio do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social (DEAIS), participou do Encontro que celebrou os 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão e apresentou a Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Saiba mais



Ministro Luís Roberto Barroso lança obra com jurisprudência do STF sobre direitos das pessoas com deficiência

Entre os destaques do volume estão precedentes que abordam a obrigatoriedade de escolas particulares oferecerem ensino inclusivo, a adaptação de provas físicas em concursos públicos para candidatos com deficiência e a redução da jornada de trabalho de servidores responsáveis por pessoas com deficiência.

Saiba mais

JURISPRUDÊNCIA

Elevadores de acessibilidade quebrados em ônibus resultam em indenização a passageiros

TJRJ condenou a empresa Transportes Barra a indenizar um passageiro usuário de cadeira de rodas e sua mãe pela falta de funcionamento dos elevadores de acessibilidade nos ônibus da linha 790. A Justiça entendeu que a falha viola a dignidade humana e determinou indenização.

Saiba mais

Município terá de indenizar pessoa com deficiência visual por falha de sinalização em via pública

O Poder Judiciário do Rio manteve a condenação do município de Macaé a indenizar em R$ 60 mil um homem com deficiência visual que colidiu com uma estrutura metálica sem sinalização em via pública.

Saiba mais

VÍDEO INSTITUCIONAL

O vídeo apresenta as ações sociais do TJRJ no mês de comemoração dos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Assista ao vídeo

Datas Importantes

10/10
Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais

25/10
Dia Nacional de Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo

Vem aí

08/10
MORADORES DO RETIRO DOS ARTISTAS VISITAM O MUSEU DA JUSTIÇA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO IDOSO

Saiba mais

13/10
INSCRIÇÕES PARA A 4ª EDIÇÃO DO CURSO "CONHECENDO LIBRAS"

Saiba mais

Glossário

Audiodescrição Tátil

Significado: Diferente da audiodescrição tradicional (em áudio), aqui a descrição é transmitida por recursos táteis: maquetes, mapas em relevo e objetos tridimensionais. Muito usada em museus, exposições e até em peças de teatro, essa abordagem permite que pessoas cegas "vejam com as mãos" os elementos principais.

Legendagem Descritiva

Significado: Vai além da legenda comum. Além do diálogo, ela descreve sons relevantes (como [porta batendo], [telefone tocando] ou [música suave]). É essencial para pessoas surdas que não têm acesso ao som, mas precisam entender todo o contexto sonoro.

Libras Tátil

Significado: Forma de comunicação usada por pessoas surdocegas, em que os sinais em Libras são acompanhados pelo toque, geralmente segurando as mãos do intérprete ou apoiando sobre o corpo. É uma versão adaptada da Libras para que o tato seja a via principal de comunicação.

Você sabia?

Você sabia que edifícios públicos e privados devem seguir normas de acessibilidade?
Lei no 10.098/2000 + Decreto no 5.296/2004 + LBI + jurisprudência do STF.

Você sabia que o direito ao trabalho da pessoa com deficiência é protegido por cotas legais?
Art. 93 da Lei no 8.213/91 + jurisprudência trabalhista do TST sobre fiscalização do MPT.

Você sabia que o acompanhante da pessoa com deficiência também deve receber acolhimento humanizado?
Art. 25 da LBI + decisões sobre acompanhamento médico-hospitalar.

Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social SGSUS
Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social DEAIS

Projeto Gráfico, Conteúdo e Revisão | SGCON – DEDIF – DIDEG – DIMAU